

EDITORIAL

A Revista do CNMP, periódico oficial do Conselho, é lançada anualmente desde 2011, sendo composta por artigos inéditos, avaliados mediante o modelo de revisão duplo-cego (*double blind peer review*) por doutores que compõem o Conselho de Pareceristas da revista.

Esta 11ª Edição conta com treze artigos e traz análises sobre as penas mínimas e o princípio da vedação da proteção deficiente; sobre a tutela constitucional do meio ambiente por parte do Ministério Público à luz das particularidades do Estado brasileiro; sobre a atuação do *Parquet* na garantia dos Direitos Humanos e na redução da violência policial pela audiência de custódia; sobre a incidência do crime de abandono intelectual aos casos de educação domiciliar; sobre a impossibilidade jurídica da acareação entre acusados e crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; sobre precedentes vinculantes internacionais e o *custos iuris gentium*; entre outras questões que permeiam a atuação ministerial.

Importante destacar, ainda, que esta edição da Revista do CNMP conta com uma Seção Especial destinada à divulgação de artigos científicos sobre **Atuação Resolutiva do Ministério Público**, tema caro e que demanda maior difusão e implementação pelo Ministério Público brasileiro.

A referida Seção Especial foi destacada em razão de parceria firmada entre a Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ) e o Comitê Permanente Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público (CONAFAR), com a finalidade de atender à Recomendação CNMP nº 54/2017, segundo a qual *“a visibilidade institucional para a atuação resolutiva e para a produção de resultados jurídicos que lhe sejam úteis será assegurada, entre outros meios, pelo estímulo a publicações de livros, manuais, cartilhas, artigos jurídicos e estudos de casos orientados para a promoção de uma cultura institucional de resolutividade”*.

São três artigos que versam sobre a temática, trazendo estudos sobre os Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição resolutivos; sobre a Corregedoria como indutora de resolutividade; e sobre o Ministério Público resolutivo como guardião das promessas constitucionais.

Com vistas a fomentar o debate sobre temas relevantes relacionados à atuação do Ministério Público, a Revista do CNMP incentiva a produção acadêmica e vem paulatinamente se aperfeiçoando para se atingir estratos mais qualificados na CAPES.

Rodrigo Badaró

Conselheiro Nacional do Ministério Público

Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência